



**A TRANSVERSALIDADE COMO FORMA DE AUXÍLIO
NA COMPREENSÃO DO TRABALHO INFORMAL:
UMA PROPOSTA A PARTIR DA METODOLOGIA
*PROBLEM BASED LEARNING (PBL)***

Rafael Leal Martins

Rafael Leal Martins
Secretaria Municipal de Educação, Rio de
Janeiro, RJ, Brasil
<rlm.ufrj@gmail.com>

Resumo

O artigo a seguir tem o interesse de promover uma discussão sobre como desenvolver, dentro das aulas da disciplina de Geografia referente ao segundo segmento do Ensino Fundamental, o tema da informalidade a partir da transversalidade. A proposta é entender quais são as formas possíveis de trabalhar o fenômeno e trazer aspectos pertinentes à realidade dos alunos. Desse modo, compreender como o trabalho informal vem crescendo nos últimos anos não só no Brasil, mas também na escala local do bairro, onde muitos desses estudantes não têm perspectivas de inserção do mercado de trabalho senão nessa dinâmica. A construção desse conhecimento será a partir do método de aprendizagem baseada em problemas (sigla do inglês PBL – *Problem Based Learning*). Tal metodologia foi aqui considerada de maneira a mostrar um caminho alternativo às formas de aprendizagem mais comuns e também numa busca a partir do que é relevante para a comunidade.

Palavras-chave: Transversalidade. Trabalho informal. Problem Based Learning.

Recebido em: 17/05/2023
Aprovado em: 06/05/2024

**LA TRANSVERSALIDAD COMO FORMA DE AYUDAR A
COMPRENDER EL TRABAJO INFORMAL: UNA PROPUESTA
BASADA EN LA METODOLOGÍA *PROBLEM BASED LEARNING*
(PBL)**

Resumen

El siguiente artículo está interesado en promover una discusión sobre cómo desarrollar, dentro de las clases de Geografía referentes al segundo segmento de la Enseñanza Fundamental, el tema de la informalidad a partir de la transversalidad. La propuesta es comprender cuáles son las formas posibles de trabajar con el fenómeno y traer aspectos relevantes a la realidad de los estudiantes. De esta manera, comprender cómo el trabajo informal viene creciendo en los últimos años, no solo en Brasil, sino también a escala local en el barrio, donde muchos de estos estudiantes no tienen perspectiva de inserción en el mercado laboral sino en esta dinámica. La construcción de este conocimiento se basará en el método de aprendizaje basado en problemas (PBL – Problem Based Learning). Esta metodología se consideró aquí con el fin de mostrar un camino alternativo a las formas más comunes de aprendizaje y también en una búsqueda basada en lo que es relevante para la comunidad.

Palabras clave: Transversalidad. Trabajo informal. Problem Based Learning.

**TRANSVERSALITY AS A WAY TO HELP IN UNDERSTANDING
INFORMAL WORK: A PROPOSAL BASED ON THE *PROBLEM
BASED LEARNING* METHODOLOGY**

Abstract

The following article is interested in promoting a discussion on how to develop, within Geography classes related to the second segment of Elementary School, the theme of informality based on transversality. The proposal is to understand what are the possible ways of working with the phenomenon and bring relevant aspects to the reality of the students. In this way, to understand how informal work has been growing in recent years, not only in Brazil, but also on a local scale in the neighborhood, where many of these students have no perspective of entering the labor market except in this dynamic. The construction of this knowledge will be based on the problem-based learning method (PBL – Problem Based Learning). This methodology was considered here in order to show an alternative path to the most common forms of learning and also in a search based on what is relevant to the community.

Keywords: Transversality. Informal work. Problem Based Learning.

Introdução

O presente artigo tem o interesse de promover uma discussão sobre como desenvolver, dentro das aulas da disciplina de Geografia referente ao segundo segmento do Ensino Fundamental, o tema da informalidade a partir da transversalidade. A proposta é entender quais são as formas possíveis de, usando os temas transversais, trabalhar o tema em questão e trazer aspectos pertinentes à realidade dos alunos residentes no bairro de Santa Cruz na cidade do Rio de Janeiro. Desse modo, compreender como o trabalho informal vem crescendo nos últimos anos, não só no Brasil, mas também na perspectiva local do bairro que moram. Quais os motivos justificam esse crescimento? Quais impactos na dinâmica local e nacional do aumento da informalidade? Que tipo de dificuldades os trabalhadores informais enfrentam? Existem alternativas para essa realidade local e nacional?

Essa análise se faz relevante tendo em vista o crescimento vertiginoso desse tipo de trabalho nos últimos anos (Gombata, 2021) e a pandemia do Covid-19 foi um agravante para tal situação. Os impactos sociais causados atualmente e como se encaminham as consequências dessa realidade para o futuro em médio prazo. Além disso, é possível perceber ao longo de dez anos lecionando no bairro de Santa Cruz, que muitos alunos não têm perspectivas de inserção do mercado de trabalho senão dentro dessa dinâmica que se mostra degradante, sendo vista por Santos (2014) como uma forma de emprego raramente permanente, de remuneração no limite ou abaixo do mínimo vital.

Esses e outros aspectos serão discorridos ao longo desse artigo, cuja escrita foi motivada por uma disciplina dentro do Mestrado Profissional em Ensino da Geografia em Rede Nacional (PROFGEO). Tais questões, me fizeram refletir sobre novas formas de construir o conhecimento com os alunos e somando-se à proposta da disciplina *Geografia e os temas transversais*, foi possível enxergar um outro caminho. Essa estrada, por mais desafiadora que tenha sido, foi fundamental para que, elaborando este trabalho, fosse possível trazer um tema relevante para a comunidade que estou inserido e que trabalho. Não só isso, senão também permitir aos alunos uma reflexão sobre algo tão comum em suas realidades e cotidiano. A informalidade é muito presente no dia a dia de todos os residentes e circulantes do bairro de Santa Cruz, porém entender os processos que levam a essa realidade, as dificuldades que envolvem a vida desses trabalhadores e compreensão das consequências sociais disso, é algo que merece uma atenção.

A proposta aqui é trazer as reflexões sobre a construção desse conhecimento a partir do método de aprendizagem baseada em problemas (sigla do inglês PBL – *Problem Based Learning*). Tal metodologia foi aqui considerada de maneira a mostrar um caminho alternativo às formas de aprendizagem mais comuns e também numa busca a partir do que é relevante para a comunidade, tentar soluções ou alternativas para os problemas e fenômenos. A ideia é direcionar e, ao mesmo tempo, fornecer autonomia aos estudantes para que possam compreender, refletir e procurar caminhos para os problemas propostos. É mister justificar

que a escolha de tal tema deu-se de acordo com o direcionamento fornecido pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) que trouxe em seu âmbito os temas contemporâneos transversais (TCTs). Dentre as seis macroáreas temáticas o tema se enquadra na de *Economia*, e julguei pertinente para o presente artigo o TCT: *Trabalho* (BRASIL, 2017). A intenção é promover a transversalidade a partir da interdisciplinaridade com a disciplina de História. Entendo o uso da transversalidade como forma de superar a visão fragmentária disciplinar que temos não só na ciência, mas que chega na realidade escolar que vivemos atualmente.

Nos resultados serão feitas análises e discussões sobre o andamento e desafios presentes nessa proposta de trabalho. Problematizar o nosso papel enquanto professores na formação de alunos para ocuparem (ou não) postos no mercado de trabalho, os problemas de seguir normas e modelos curriculares focados em habilidades e buscar possíveis alternativas na visão de currículo cotidiana.

Entendimento da informalidade e os objetivos de sua análise

Os grandes desafios por trás do presente artigo estão, em primeiro lugar, problematizar o que vem a ser o trabalho informal. Existem inúmeras concepções diferentes sobre o termo, no entanto, para o presente trabalho, será considerado como a informalidade é vista na esteira dos estudos e bases conceituais de Milton Santos. Outro ponto é, como estimular nos estudantes o entendimento e compreensão dos desdobramentos do trabalho informal na realidade local.

As discussões acerca do uso do termo “informal” são extensas e muito antigas, estando presente em estudos de autores estrangeiros¹. Todavia, as contribuições de Santos (2009) serão utilizadas como base para desenvolvimento desse artigo, assim como suas definições e conceitos dos chamados circuitos da economia, presentes em outra obra. Assim, na visão do autor:

O circuito superior utiliza uma tecnologia importada e de alto nível, uma tecnologia ‘capital intensivo’, enquanto no circuito inferior a tecnologia é ‘trabalho intensivo’ e frequentemente local ou localmente adaptada ou recriada. O primeiro é imitativo, enquanto o segundo dispõe de um potencial de criação considerável (Santos, 2018 p. 43).

O termo “informal” pode ter suas origens resgatadas no alemão Max Weber, que na sua visão de racionalidade estabeleceu o formal como algo visto por normas e papéis definidos com objetivo de controle e melhor aproveitamento dos recursos (Santos, 2009). Desse modo, na perspectiva de um estágio pré-capitalista, seria possível definir o uso do capital e suas limitações. Milton Santos já enxergava problemas nesse termo e ao longo de sua obra, referida anteriormente, traz discussões acerca desse aspecto que o leva a determinação dos chamados

¹ Para discussões mais detalhadas acerca da utilização do termo por autores estrangeiros, ver a obra de Milton Santos *A pobreza urbana* (2009).

circuitos da economia, sendo a denominação de circuito inferior mais adequada, para ele, do que o uso do termo “informal”.²

Santos (2009), em uma importante reflexão sobre as ideias de Weber – que considera os trabalhadores não inseridos na dinâmica formal de trabalho (carteira assinada e direitos supostamente adquiridos como auxílio transporte, alimentação, assistência médica etc.) alijados dos princípios racionais de uma economia capitalista global – mostra uma visão crítica de tal abordagem, demonstrando o que chama de “arrogância cultural” fundamentada num etnocentrismo fruto da distinção (formal x informal) e de caráter ideológico. Vale a consideração também, de que a concepção weberiana é elaborada antes do reconhecimento de direitos trabalhistas no Brasil.

Ao longo de seus estudos e obras, Milton Santos problematiza a questão dos circuitos inferiores que se faz muito mais comum na dinâmica dos chamados países subdesenvolvidos. Logo, o caráter etnocêntrico se mostra problemático, tendo em vista as realidades diferentes que se mostram nos países centrais e nos subdesenvolvidos. Ainda que a realidade dos países periféricos seja regida pela lógica global do capital, ela tem suas nuances e especificidades. Ou seja, por mais que estejam numa forma de organização diferentes, o circuito inferior atua de forma paralela ao superior e ambos se mostram numa relação que pode ser vista ora pelo inferior oferecer produtos e serviços para o funcionamento do superior (os motoristas de aplicativos e vans por vezes são peças fundamentais que permitem os deslocamentos diários urbanos de inúmeros trabalhadores de empresas e instituições ditas “formais”), ora da força de trabalho excedente (ou reserva numa visão marxista) do superior acabar por ser aproveitada pelo inferior (Santos, 2018).

Vale ressaltar também a discussão que envolve o que seria essa “formalidade” na dinâmica atual do mercado de trabalho. Nas últimas três décadas, estamos vivendo momentos de flexibilização das leis trabalhistas, com aprovação de projetos que visam desonerar a folha de pagamentos para os empresários de modo a atender os ditames neoliberais (Frigotto, 2001), o que causa uma profunda mudança das relações trabalhistas, especialmente nas décadas finais do século XX. Com isso posto, diversos direitos estão sendo afrouxados ou retirados dos trabalhadores, mesmo dos que se enquadram como formais. O que desperta tal problematização: se os trabalhadores do circuito inferior são aqueles que não possuem vínculo legal no âmbito de sua função de trabalho desempenhada, então a falta de direitos que talvez fosse comum nessa forma de relação trabalhista, agora se torna presente também nos trabalhos formais. Outro ponto é que se o trabalhador formal tem seus direitos previdenciários assegurados por uma contribuição ao longo de anos de serviços prestados, por que aqueles que não tem vínculo fixo também não podem ter esses direitos? Se a busca pelo consumo se dá independente da renda (Santos, 2018) e os trabalhadores do

² Nesse trabalho serão consideradas de forma mais profunda as discussões em torno do circuito inferior. Para um estudo mais detalhado do circuito superior ver *O espaço dividido* (2018), também de Milton Santos.

circuito inferior consomem e pagam suas contas, decerto contribuem (mesmo que indiretamente) no que diz respeito aos impostos incidentes a produtos e serviços. Faz sentido deixá-los de fora de todo um sistema previdenciário?

Fundamentado no conceito de “cidadania regulada” trazido por W.G. dos Santos, Milton Santos afirma que o fisco age com abuso de poder administrativo e atua como legislador, policial, juiz e algoz, de modo que as políticas previdenciárias tiram do cidadão o controle de seus recursos (Santos, 2007). Isso reforça os argumentos anteriormente citados e abre outra problematização: será que esse abuso de poder administrativo se faz presente também em outras esferas, como o político? Num bairro, como Santa Cruz, sabidamente dominado por “milícias” que praticam extorsão a troco de uma suposta proteção ou concessão de um direito de trabalhar e de uso do espaço público, esses cidadãos não seriam taxados duplamente, digo pelas instituições formais do governo e pelas formas de poder paralelo?³ Portanto, o uso do termo “informal” desperta questões complexas que devem aqui ser consideradas, se mostrando relevantes no que se objetiva não só a escolha do tema, mas também a construção do conhecimento no escopo do PBL.

Compreender como a informalidade vem aumentando e os processos que a desencadearam se mostra pertinente. Santos (2009) nos alertou que a explosão urbana seria resultado do modelo capitalista de crescimento e da explosão demográfica. Como a dinâmica das migrações campo-cidade podem nos auxiliar a essa compreensão? Qual o papel da modernização tecnológica, no campo e na indústria, para explicação de tal processo? Milton Santos nos traz a análise de que essa modernização gera um número reduzido de empregos, o que leva a deterioração do mercado de trabalho nos países subdesenvolvidos com alta porcentagem de pessoas que não têm emprego nem renda permanentes e assim acabam por entrar no circuito inferior. Será essa a dinâmica que ocorre a nível local? (no bairro de Santa Cruz, no caso). Esses pontos estão entre os objetivos principais do presente artigo.

Outro importante ponto é saber quais problemas esses trabalhadores enfrentam e como isso pode impactar a vida dos mesmos. Temos uma perspectiva externa e alheia as especificidades locais e sociais de cada grupo, mas é possível observar que a busca do ganho desses trabalhadores é cotidiana, mediante uma necessidade de pagar dívidas, manter crédito e continuar a viver, ou seja, a questão é mais necessidade do que escolha (Santos, 2009; 2018). Por fim, a ideia é analisar os impactos do aumento da informalidade na vida das pessoas residentes do bairro e até mesmo em termos de futuro da sociedade. A ausência de direitos é um fator relevante para esses trabalhadores? Eles pensam e fazem planos de vida a longo prazo? Existem alternativas para essa realidade? Esses objetivos estão entre os alvos que busco na escolha dos produtos gerados pelos estudantes a partir da metodologia PBL.

³ Uso o termo paralelo, mas diversas investigações policiais e pesquisas indicam que as milícias nada tem de paralelo, mas estão atreladas a políticos e instituições públicas. Para aprofundamento do assunto ver *A república das milícias: Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro* (2020), de Bruno Paes Manso.

Os desafios relativos ao uso da transversalidade e a metodologia PBL

Importante ponto de destaque aqui é estabelecer de que forma a transversalidade pode auxiliar na análise e compreensão dos desafios que envolvem a informalidade. A ideia do que vem a ser transversal se mostra presente nas práticas escolares e de professores há inúmeras décadas, mas percebemos algumas concepções diversas do termo. Em um desses entendimentos, transversal pode ser entendido como “conjunto de valores, atitudes, e comportamentos mais importantes que devem ser ensinados” (Gavidia, 2002 p. 16). Esse conjunto vai além do que sempre foi ensinado na lógica fechada e fragmentada das disciplinas, por isso a transversalidade seria uma maneira de abrir a escola para as questões pertinentes à sociedade e ser vista como espaço de criatividade e inovação (*op. cit.*), de modo a atender também ao desenvolvimento do aluno como cidadão. Já em outra perspectiva, transversal pode ser visto como “assuntos que não pertencem a nenhuma área do conhecimento em particular, mas que atravessam todas elas como se delas fizessem parte” (Cordeiro, 2019 p. 60).

A transversalidade, ao longo do tempo, foi vista e utilizada como abordagem metodológica, fruto de práticas e atrelada a pedagogia de projetos, portanto sua definição atualmente está em aberto. O que observo em comum entre algumas definições aqui trazidas e discussões realizadas em sala, é o seguinte ponto convergente: não podemos nos dedicar a propor soluções para problemas da sociedade apenas com a visão fragmentada e fechada de uma só disciplina. Esse é o viés de pensamento que adotarei no presente artigo.

Cordeiro (2019) nos traz a concepção sobre os temas transversais como mecanismos para atingir a importante função social da escola, que seria um local de encontro, diálogo, reflexão e prática com o mundo, não apenas como reprodutora de saberes acumulados ao longo do tempo. A autora alerta inclusive, sobre como deixaram de ser apenas recomendações e passaram a ser referência obrigatória no que diz respeito a transição dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para a BNCC.

Nos documentos oficiais, a transversalidade remonta aos PCNs de 1997 e mais recentemente, com a publicação da BNCC no ano de 2017, esses temas foram reformulados e voltaram a ganhar destaque. O próprio documento oficial demonstra problemas na abordagem da transversalidade e deixa em aberto sobre como as propostas devem ser trabalhadas nas escolas que podem seguir “um ou mais componentes de forma intradisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar, mas sempre transversalmente às áreas de conhecimento” (Brasil, 2019 p.7). Outras questões sobre a BNCC merecem ser destacadas aqui.

As compreensões acerca da BNCC são diversas. Ascensão (2020) afirma que a base possibilita autonomia ao professor a partir de “situações geográficas” e usos de acordo com o contexto do aluno. Assim como enxerga uma transversalidade, trazendo modelos e propostas metodológicas, mas que se mostram frágeis, visto que a própria autora não consegue

promover uma articulação com outras disciplinas em seus exemplos. Defende o documento afirmando que o mesmo é apenas base, mostrando uma interpretação de que ele não adquire um viés curricular. Já na visão de outros autores, o documento apresenta muitas falhas, desde o contexto político que foi construído até os atores escolhidos para fazer parte da equipe de produção do mesmo, muitos deles representando grupos empresariais e com pensamento da educação a serviço do mercado (Cordeiro, 2019). Além disso, ressalta o caráter normativo que ele possui e seu peso diante da formulação curricular das escolas, sendo, portanto, uma referência muito mais marcante do que nos mostrou a posição defendida anteriormente, podendo ser visto na seguinte passagem:

Assim, pode-se dizer de forma resumida que a BNCC é um documento, previsto legalmente, orientador, mas de caráter normativo, que reúne as diretrizes e referências para a elaboração dos currículos de todas as escolas de Educação Básica da rede particular ou pública (Cordeiro, 2019, p. 69).

Santana Filho (2020) reforça ainda mais essa visão mercadológica presente no documento afirmando que ao se apontar objetos de aprendizagem, aquilo que deveria servir apenas de “base” acaba por se tornar “currículo” que se desdobra em um controle do trabalho dos professores a serviço de avaliações externas. Estas são vistas como fim e não como processo, se opondo as concepções do mundo da educação atual e universais, com materiais padronizados. Numa educação neoliberal que serve ao empreendedorismo, negando assim a questão humana e plural de nossa sociedade.

Podemos observar então que o documento oficial de referência que temos, possui forte peso e o mesmo se mostra extremamente problemático no que diz respeito a fornecer uma base curricular geral, sem considerar especificidades locais, por mais que os discursos nas propagandas às vésperas de sua aprovação mostrassem o contrário. As análises anteriores nos reforçam esses argumentos. Ademais, a questão da transversalidade também se mostra de difícil compreensão e diante da dificuldade de conceituação pelo documento oficial, proponho nesse trabalho uma abordagem interdisciplinar entre as matérias de Geografia e História. Reforço assim o grande problema que é usar uma abordagem metodológica que não possui um conceito coerente e coeso (Gavidia, 2002). Mas, tentarei trazer as discussões e desafios enfrentados na montagem da atividade.

A concepção de Gavidia (2002), mostra que a transversalidade pode ser entendida como linhas, áreas ou espaços a depender de como o professor irá nortear seu trabalho em sala. Julgo aqui como possibilidade, a prática no que ele chama de “espaços de transversalidade, em que se mantém a estrutura vertical disciplinar, considerando as matérias como linhas que se entrecruzam” (Gavidia, 2002, p. 25) dando a possibilidade aos alunos de buscarem soluções para os problemas utilizando campos diversos, atrelado a interesses pessoais e sociais.

Vejo a disciplina de História como importante para auxiliar a compreensão da informalidade, pois o circuito inferior é o resultado combinado do dinamismo das migrações

rural-urbanas, ritmo de urbanização e organização da produção – as relações dos sistemas de fluxo é a partir da macro organização do espaço e pelas condições gerais históricas (Santos, 2014). Não faz sentido compreender a dinâmica do trabalho informal sem entender como se deu esse processo em níveis globais, nacionais e suas implicações locais ou desconsiderar o papel do sistema de organização capitalista ao longo do tempo. A escala local se mostra ainda mais relevante, pois livros didáticos promovem, por vezes, análises generalizadas e dissociadas da compreensão histórica, como se os processos dos países subdesenvolvidos fossem meros reflexos do que se explicou via conceitos ocidentais do mundo desenvolvido. Nas palavras de Milton Santos, podemos ver que:

O estudo da história dos países hoje subdesenvolvidos permite revelar uma especificidade de sua evolução em relação às dos países desenvolvidos. Essa especificidade aparece claramente na organização da economia, da sociedade e do espaço e, por conseguinte, na urbanização, que se apresenta como um elemento numa variedade de processos combinados (Santos, 2018, p. 19).

Sendo assim, é mister compreender como os processos históricos nos ajudam a explicar o fenômeno da informalidade considerando a urbanização, modo de produção e ainda como consequência da modernização tecnológica.

Ao iniciar os estudos, no âmbito do já referido mestrado profissional, e me defrontar com uma forma inédita de metodologia como o PBL, tive muito receio e sabia das dificuldades que teria pela frente. As aulas tradicionais e expositivas sempre fizeram parte da minha prática, como também me faziam enxergar que quanto mais acúmulo e domínio de conteúdo, melhor professor eu seria. Possivelmente, tal sentimento é compartilhado por inúmeros colegas de profissão e até mesmo leitores deste artigo. Sendo assim, e o PBL permitiu esse (re)pensar.

A escolha do tema *trabalho informal*, como explicitado anteriormente, vai ao encontro da proposta dos Temas Contemporâneos Transversais da BNCC. E a decisão de trazer uma abordagem de transversalidade guiado pela perspectiva da interdisciplinaridade com História, se faz como meio para alcançar a compreensão e reflexão mais ampla dos processos que envolvem essa questão. Sobre esse ponto é possível perceber que:

Na prática pedagógica, a transversalidade e a interdisciplinaridade alimentam-se mutuamente, uma vez que o tratamento das questões trazidas pelos Temas Transversais expõe as inter-relações entre os objetos de conhecimento, de forma que não é possível fazer um trabalho pautado na transversalidade tomando-se apenas uma perspectiva disciplinar rígida (Cordeiro, 2019, p. 62).

A partir da problemática acima, vale pontuar como serão conduzidas as aulas expositivas em consonância com os processos de elaboração do produto final que irá ser apresentado pelos alunos. Essas aulas terão a função de clarificar alguns conceitos, promover debates e reflexões acerca de algumas questões relativas ao tema principal, como também

trazer as contribuições no âmbito da interdisciplinaridade com História. A ideia é que o trabalho tenha a duração de um bimestre, com aulas de dois tempos semanais e após esse período os alunos possam registrar suas conclusões e reflexões. A seguir, proponho uma sequência que envolve momentos e situações que irão auxiliar no desenvolvimento das atividades.

Em primeiro lugar será trazido uma explicação da dinâmica dos processos migratórios no Brasil dos últimos anos, com destaque para o êxodo rural e suas causas. O papel da modernização tecnológica será destacado nessa exposição, considerando o impacto nesse tipo de movimento populacional. Importante destacar uma visão crítica da tecnologia vista apenas como avanço tecnológico, sem pensar em suas consequências sociais como já nos alertava (Lima, 2008), assim como criar nos estudantes uma ação cidadã para resolução de problemas da sociedade que vivem. A ideia é solicitar no segundo tempo da aula que os alunos debatam em grupo e registrem em seus cadernos as principais vantagens e desvantagens da mecanização e como esses aspectos variam dependendo de qual grupo social está sendo considerado. Essa prática se configura como um dos artefatos, que seria um dos mecanismos para os estudantes não pensarem somente no produto final, mas valorizar o processo de construção ao longo dos seus trabalhos. Ao final dessa aula, pedirei que a turma faça uma pesquisa em sites sobre a definição do que vem a ser “trabalho informal” e os alunos tragam os registros em seus cadernos na aula seguinte, pensando assim já no segundo artefato.

Nas aulas seguintes, irei solicitar as contribuições das pesquisas feitas por eles e discutiremos as diversas abordagens consideradas para o termo e de que maneira esse tipo de trabalho se apresenta no bairro em que moram. Importante salientar que nesse momento irei pedir as contribuições dadas pelas aulas de História, que a mesma seja levada em consideração para se pensar a evolução das migrações ao longo do tempo no Brasil e como isso pode ajudar a compreender melhor a questão da modernização tecnológica. No âmbito da BNCC referente as *habilidades* do 7º ano do Ensino Fundamental para História estão “Explicar o significado de ‘modernidade’ e suas lógicas de inclusão e exclusão, com base em uma concepção europeia” (Brasil, 2017 p. 423). Assim como em seus *objetos do conhecimento* tem como perspectiva trazer a “Emergência do capitalismo” (*op. cit.*). Vejo essas duas abordagens como formas de trazer a contribuição da interdisciplinaridade para condução do meu trabalho, somado a outras especificidades que a professora de História saberá melhor do que ninguém abordar. Tudo isso combinado antecipadamente e planejado em conjunto. No final da aula pedirei aos alunos que escrevam, cada um, um parágrafo registrando qual a sua concepção sobre a informalidade. A ideia é que por meio dessa escrita, eles se perguntem e registrem se enxergam no trabalho informal uma possibilidade ou realidade para seu futuro. Esse será o primeiro produto a ser desenvolvido.

O terceiro momento será dedicado a discutir com os estudantes e fazer um comparativo entre o trabalhador formal e o informal, de maneira que por meio da análise dos direitos e benefícios, seja possível problematizar com eles os desafios que muitos desses

trabalhadores podem enfrentar. No segundo tempo, será feita a elaboração conjunta e posterior distribuição de um questionário, para que por meio dele os alunos façam uma entrevista com um trabalhador informal (seja um familiar próximo, parente, conhecido ou não). Essa entrevista, que será o segundo produto, permitirá que se analise como é a vida de um trabalhador informal, como o mesmo foi chegar a essa situação e quais são suas principais dificuldades.

Na última aula expositiva, proponho reunir na sala os alunos em pequenos grupos de sua livre escolha (no máximo 5 pessoas) de modo a eles debaterem entre si os resultados de suas entrevistas com o trabalhador informal, pontuar os problemas mais graves que essas pessoas enfrentam no seu dia a dia, trazer as contribuições da matéria de História e coletivamente comecem a pensar na elaboração de um registro final (que deverá ser um cartaz diante da dificuldade de acesso a materiais para elaboração de outros produtos). A partir do que pesquisaram, das entrevistas e discussões realizadas, a proposta é que os estudantes apresentem em grupo, em uma ou duas semanas, as principais questões que eles acharem pertinentes ao trabalho informal, seus desafios e possíveis alternativas, além dos impactos que isso pode gerar (ou já gera) em termos sociais com destaque para a questão previdenciária. Fazê-los desse modo pensar em como eles podem atuar de maneira a transformar essa realidade local. Esse será o produto final a ser apresentado nas aulas seguintes.

Resultados e considerações finais

Nesse momento, trago algumas reflexões, caminhos ou possibilidades a pensar e, quem sabe, nortear nossas futuras práticas a partir do que construímos coletivamente na disciplina.

Uma primeira reflexão que faço aqui é sobre o nosso papel enquanto professores atualmente. Estamos formando alunos para o mercado de trabalho ou para a vida? Essa pergunta certamente foi uma das motivadoras da escolha do meu tema para o PBL. As reformas neoliberais de fins do século XX, que também culminaram nas atuais reformas educacionais, mostram que esse questionamento se faz pertinente. Ao seguirmos as normas, modelos e conteúdos curriculares não estaríamos nos adequando a tais pressupostos puramente mercadológicos? Segundo Frigotto (2001):

Os processos educativos, escolares ou não, constituem-se em práticas sociais mediadoras constituintes da sociedade que subordina o trabalho, os bens da natureza, a ciência e tecnologia como propriedade privada, valores de troca e a conseqüente alienação e exclusão de milhões de seres humanos da vida digna ou de sua radical transformação (Frigotto, 2001, p. 79).

As reformas de fim do século XX fortaleceram a perda da visão de trabalho como direito e assim hoje nos vemos aplicando fórmulas ou avaliações que nos são impostas de cima pra baixo e que só fazem com que os professores reproduzam conteúdos e comportamentos seguindo a lógica competitiva e a serviço do capital. Pensando dessa forma já seria extremamente problemático, mas parece que o cenário se tornou ainda mais grave nas últimas décadas. A redução do emprego, graças a evolução da tecnologia e ciência a serviço do mercado, já é uma realidade há décadas.

Vejo nos argumentos de Frigotto (2001) uma questão a destacar, ele afirmava já há quase vinte anos, que a educação adotava uma perspectiva de adestramento ao estimular a formação de um “cidadão mínimo”. Para o autor, tal cidadão é aquele que pensa e reage minimamente, seguindo o caminho que o capital almeja. O emprego não é mais um direito, nas palavras dele o cidadão vira um mero “empregável” que está disponível no mercado, formando a reserva tão cômoda à lógica neoliberal capitalista. Enxergo até um ar de profecia em seus argumentos de anos atrás, visto que a perspectiva pedagógica do governo guiada pela competitividade que chega até as escolas via normas e avaliações, competências e habilidades leva a uma situação que “desmonta-se a promessa integradora, e a função econômica atribuída à escola passa a ser a empregabilidade ou a formação para o desemprego” (Frigotto, 2001 p. 81).

Menciono uma profecia, posto que atualmente a informalidade parece ser a solução que muitos encontram diante da perda do trabalho como direito e hoje esses números crescem cada vez mais. Os estudantes se mostram sem perspectivas ou planos e parecem se acomodar com “aquilo que vier está bom”. Vemos desempregados tendo que usar sua criatividade para conseguir levar à sua família o pão de cada dia e cresce absurdamente o número de pessoas que vão “pulando” de uma função para outra. Hoje, é motorista de aplicativo, amanhã consegue um contrato temporário para trabalhar com vendas e comissão. Passa a época de festas, retorna para ser motorista de aplicativo, num ciclo que parece sem fim e cada vez mais degradante. Por que não usar a escola para desenvolver esse potencial criativo que por diversas vezes acaba sendo uma necessidade diante dessa dinâmica da busca de sustento? Não de adequar e selecionar àqueles que melhor se enquadram nesses critérios, mas estimular talvez a visão gramsciana de “trabalho como poíesis – trabalho predominantemente livre e criativo” (Gramsci *apud* Frigotto, 2001, p. 75) para que o cidadão seja protagonista em suas escolhas e não caia numa lógica competitiva como dito anteriormente. Enxergar tais questões e estimular essa reflexão parece ser um bom caminho a seguir e foi o que procurei fazer ao propor o tema do PBL.

Realizar uma tarefa como essa, se mostra um grande desafio tanto no que diz respeito a como iremos trabalhar um conceito tão complexo que é o de transversalidade e até mesmo no tempo que teremos para executar tal proposta. As questões acerca do uso da transversalidade já foram postas e analisadas com diferentes pontos de vista anteriormente nesse artigo, cabe somente dizer que a definição dos Temas Contemporâneos Transversais e

sua aplicação nas escolas não é tão simples. É desafiador estar em um país tão diverso cultural, social, politicamente e ser educador nessa realidade é uma missão árdua, mas que realizamos com paixão.

Mesmo com tantos problemas, deixo uma outra reflexão de que vejo a transversalidade como importante caminho para superarmos a visão fragmentária e disciplinar que temos. Além disso, como dito em momento anterior, considerar não somente os conteúdos, mas também outros saberes e dimensões da vida se faz necessário. Esbarramos aí, nas questões estruturais que fazem parte da nossa realidade como educadores. Somos guiados a seguir modelos e normas curriculares que desconsideram as especificidades locais. O currículo pode ser visto não apenas como documento, mas como texto para atender objetivos (por vezes de controle e políticos) do contexto em que o mesmo se insere, não apenas prescrever conteúdo. Sendo assim, funciona para atender interesses privados e hegemônicos, mas também práticas que buscam uma suposta harmonia social (Lopes; Macedo, 2011). Mediado por um discurso de igualdade, que não problematiza as relações de poder envolvidas em toda essa lógica, busca uma unidade de família, escola e sociedade. Desconsiderar especificidades e diferentes cotidianos ou realidades, é problemático. Como alcançar esse tal harmonia e unidade? É possível unir em torno de um mesmo modelo, via currículo, diferentes tipos de família em uma sociedade tão diversa quanto a que temos atualmente?

Em manifesto elaborado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) que incluiu professores vinculados ao ensino, pesquisa e extensão do campo do Ensino de Geografia, foi feita uma análise crítica a essas reformas educacionais e que a suposta melhoria na qualidade da educação brasileira não pode ser reduzida à simples reforma curricular. Como se a prescrição de conteúdos, objetos do conhecimento e habilidades fossem abarcar as diversas questões que envolvem a escola e os processos de aprendizagem e ensino. No entender desses profissionais, trata-se de um fenômeno muito mais complexo e de múltiplas variáveis, sendo o currículo apenas uma delas. Na BNCC há pouca consideração quanto as especificidades locais de cada grupo social, família, escola etc. o que nos leva a perigosa homogeneização que só atende aos grupos hegemônicos e interesses mercadológicos. Se propor modelos mostra-se um problema como vimos nos argumentos anteriores, qual seria então o caminho a seguir?

Ao escolher o tema da atividade procurei trazer um contexto local e articulação do mesmo com as dinâmicas nacionais e globais. Promover possibilidades para os alunos compreenderem seu cotidiano e pensar formas de como trazer soluções coletivas para tais questões, parece ser um caminho a seguirmos. Não de fornecer normas, mas de entender que os processos de *aprendizagem ensino*⁴ devem considerar influências mútuas (considerando

⁴ A autora Inês Barbosa de Oliveira usa o termo dessa forma, pois partilha da concepção de que todo ensino é preconizado de uma aprendizagem, que já chega junto com os alunos no cotidiano da escola.

diferentes desejos, práticas pedagógicas, ideológicas etc.) e se estruturar de modo aberto, respeitando possibilidades e limites (Oliveira, 2013). Cada professor, aluno, escola, contexto são diferentes e o seu cotidiano é único.

Por isso julgo relevante o aprofundamento da análise e consideração das propostas cotidianas. Para essa linha de pensamento já existe uma dinâmica própria e específica de cada realidade, no entanto a lógica dominante parece ignorar ou superar essa dinâmica (Alves, 2003), como se as práticas e interesses de cada cotidiano tenha como objetivo se adequar a essa perspectiva dominante. Daí vemos surgir em nossas falas, seja em família ou mesmo no ambiente escolar, a ideia de “você (aluno) tem que buscar algo melhor” ou “precisam estudar para ser alguém na vida”. Discursos tão externalizados, incorporados por nós e que por vezes os próprios estudantes os reproduzem, negando aquilo que lhes é único, específico e especial em nome de atingir um objetivo ditado como padrão e correto. Nosso desafio diário é compreender como esses processos se desenvolvem e buscar a emancipação dessa visão dominante e dominadora.

Referências

ALVES, N. Cultura e cotidiano escolar. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 23, p. 62-74, fev. 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/drzj7WstvQxKy7t5GssT4mk/?format=pdf>. Acesso em: 21 maio 2024.

ANPEGE - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. **Manifesto: crítica às reformas neoliberais na Educação**: prólogo do ensino de geografia. Marília: Lutas Anticapital, 2021. 169 p.

ASCENÇÃO, V. de O. R. A base nacional comum curricular e a produção de práticas pedagógicas para a geografia escolar: desdobramentos na formação docente. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 10, n. 19, p. 173-197, jan.-jun. 2020. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/915/421> Acesso em: 21 maio 2024.

BENDER, W. N. **Aprendizagem baseada em Projetos**: educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre: Penso, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão Final. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Temas contemporâneos transversais na BNCC**. Propostas e práticas de implementação. Brasília: MEC/SEB, 2019. 26p. Disponível em: [guia_pratico_temas_contemporaneos.pdf](https://www.mec.gov.br/guia_pratico_temas_contemporaneos.pdf) (mec.gov.br).

CORDEIRO, N. de V. **Temas Contemporâneos e Transversais na BNCC: as contribuições da Transdisciplinaridade**. 2019. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Escola de Educação, Tecnologia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2019. Cap. 1 Disponível em: [NataliadeVasconcelosCordeiroDissertacao2019.pdf \(ucb.br\)](#)

FRIGOTTO, G. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan.-jun. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 21 maio 2024.

GAVIDIA, V. A construção do conceito de transversalidade. In: ÁLVAREZ, M. N. **Valores e temas transversais no currículo**. Porto Alegre: Artmed Ed., 2002. p. 16-30

GOMBATA, M. **Trabalho informal bate recorde e deve continuar a crescer**: Levantamento indica que 48,7% da população ocupada no país não possui vínculos. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/11/10/trabalho-informal-bate-recorde-e-deve-continuar-a-crescer.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2022.

LIMA, C. A. **Aproximações entre ciência-tecnologia-sociedade e os temas transversais no livro didático de matemática do ensino fundamental de 5ª a 8ª séries**. 2008. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação Científica e Tecnológica, Centro de Ciências Físicas e Matemáticas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Cap. 1. Disponível em: <https://bu.ufsc.br/teses/PECT0067-D.pdf>.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de currículo**. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 2011. Cap. 1. p. 19-42.

MANSO, B. P. **A república das milícias**: Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2020. 302 p.

OLIVEIRA, I. B. de. Currículo e processos de *aprendizagem ensino: políticas práticas* educacionais cotidianas. **Currículo Sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 375-391, set-dez. 2013. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss3articles/oliveira.pdf>. Acesso em: 21 maio 2024.

SANTANA FILHO, M. M. de. Implicações das políticas educacionais recentes para os professores e formadores de professores de geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 10, n. 19, p. 153-172, jan-jun. 2020. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/914>. Acesso em: 21 maio 2024.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007. 176 p.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2009. 136 p.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2014. 176 p.

SANTOS, M. **O espaço dividido**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2018. 440 p.